

# Educação vai bem, mas há muito a fazer

ESTADO DE SÃO PAULO

**O**s dados sobre a educação dos brasileiros revelados pelo minicenso do IBGE permitem várias leituras — todas elas acusando uma tendência positiva, apesar de alguns números absolutos causarem preocupação. Ainda há perto de 2 milhões e meio de crianças sem escolas no País, não tanto, tudo leva a crer, por deficiência da rede física. De fato, pode ler-se no censo que, embora esteja longe da ideal, a expansão quantitativa das escolas já permite ao governo redirecionar investimentos para a expansão qualitativa do ensino.

Poder-se-ia dizer que os percentuais relativos à taxa de escolarização são baixos. De fato, impressiona ver que apenas 55,4% da população entre 4 e 6 anos está em escolas. Quando se comparam, porém, as taxas de freqüência à escola por grupo de idade, verifica-se que no grupo compreendido entre 7 e 9 anos atinge 91,4%, e no de 10 a 14 anos chega aos 89,5%. O decréscimo que se registra nos grupos de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos não deve ser motivo de preocupação. No primeiro grupo, a taxa de escolaridade é de 66,8% e, no segundo, de 25,8%. Há dois aspectos a considerar quando se analisa es-

ses números: o primeiro, é que é normal que diminua a escolaridade à medida que aumenta a idade — os mais velhos tendem a freqüentar menos a escola, vale dizer o terceiro grau; ademais, não há país que tenha uma população universitária maior do que ou igual à secundária. O segundo aspecto que se deve ter presente é que, no grupo de idade de 15 a 17 anos, se tem verificado, de período a período, um aumento significativo da taxa de escolaridade: em 1980, ela era de 48,8%; em 1991, subiu para 55,3%, chegando aos 66,8% em 1996 — 11,5 pontos percentuais de acréscimo em apenas cinco anos! Esse aumento, nessa proporção, indica que a taxa de escolaridade está crescendo numa faixa da população que é muito ampla quantitativamente. Esse nosso otimismo não deve levar a impressões enganosas, como, por exemplo, julgar que os problemas educacionais estão resolvidos. Num país cuja população acima de 40 anos tende a crescer — a expectativa de vida dos brasileiros aumentou — o corpo eleitoral cresce necessariamente. Ora, fruto das políticas do passado, o nível de escolaridade — portanto de

conhecimento — tende a decréscer à medida que se avança nos grupos de idade. Falamos em políticas do passado por uma razão muito simples: há uma relativa igualdade nos grupos de idade entre 15 e 40 anos. Isso significa que, de alguns poucos

anos para cá, o número de brasileiros que freqüentam escolas aumentou. Não que esse acréscimo tenha eliminado o número dos analfabetos

funcionais — aqueles que a Unesco considera como não tendo completado os quatro primeiros anos do nosso primeiro grau. Eles existem em bom número, pelos critérios da Unesco, que julga que sem os quatro anos completos de primário não será possível ao indivíduo compreender corretamente um texto, escrever ou fazer contas. Esse é um critério questionável — a rigor. De fato, se quem não completou o primário não tem a possibilidade de compreender um texto mesmo de pequena complexidade, nem por isso está incapacitado a aprender as operações que lhe permitam tra-

lhar numa máquina cujo manejo não seja muito complexo.

O reconhecimento disso não deve ser motivo para que se pare onde estamos. Não é apenas a economia — o estado atual e futuro da tecnologia — que deve servir de parâmetro para a Educação.

## Os dados do IBGE mostram os progressos no setor educacional e os desafios a enfrentar

O avanço tecnológico tenderá a tornar as operações das máquinas muito mais complexas, o que sem dúvida exigirá de seus operadores não ape-

nas uma maior escolaridade, mas também que tenham sido formados numa pedagogia que desenvolva faculdades de associação, de raciocínio, de criatividade. Além do avanço tecnológico, porém, é preciso atentar para o fato de que não se estuda apenas para conseguir emprego ou ser executivo de empresa ou do serviço público. Estuda-se para trabalhar, sem dúvida; mas também para poder realizar aquilo que se convencionou chamar, não muitos anos atrás, de desenvolvimento humano. É esse desenvolvimento que exige uma mudança qualitativa no ensino brasileiro.